

## Apresentação do Dossiê *Escravidão e Pós-Abolição no Brasil*

Em um momento de transformações e muitas reflexões acerca do mundo pandêmico em que vivemos, pensar e produzir ciência no Brasil tem sido cada vez mais desafiador. Além da covid-19 e suas variantes, vivemos em meio aos ataques que sofrem cientistas, pesquisadores, professores e todo sistema de ensino. Em vista disso, fazer ciência e produzir conhecimento têm sido uma tarefa que serve para mostrar nossa capacidade de sermos resilientes e resistentes. Ao idealizarmos a proposta deste dossiê temático, que agora será visto concretizado nas páginas que seguem, pensávamos em trazer novos detalhes de um processo que começou com a escravização de homens e mulheres e que reverbera até hoje em nosso Brasil. Um país racista, apesar de muitos não conseguirem reconhecer e/ou enxergar tal assertiva, que tem uma sociedade marcada por divisões sociais que muitas vezes remontam às práticas de um Antigo Regime.

Em vista disso, lembramos que existem ao menos três décadas que a academia brasileira vem produzindo de modo sistemático pesquisas sobre o processo de escravidão e do pós-abolição, mostrando uma preocupação com o papel dos escravizados e de seus descendentes. Vários autores e autoras têm mostrado a partir da ampliação das fontes, dos métodos e das temáticas centradas nos indivíduos, grupos e sociabilidades como o processo de escravização e o pós-13 de maio são marcados por contradições e nuances que sofrem variações dependendo do local e época de abordagem. Tais estudos têm identificado que sempre existiram muitas lutas por autonomia e afirmação da liberdade.

Entre as questões trazidas pelos pesquisadores e pesquisadoras do campo, a mais importante é pensar de modo crítico as experiências históricas de escravização e de liberdade das mulheres e homens dentro e fora do mundo da escravidão. Enquanto existem esforços contínuos de mostrar as ações de sujeitos e grupos como participantes ativos dentro e fora do cativeiro, da busca por autonomia e existência ativa na formação social brasileira, quebrando com uma historiografia que colocava os homens e mulheres escravizados como seres passivos e sem autonomia. Também tem sido bastante problematizada as limitações da liberdade no contexto pós-escravista, tendo em vista que o 13 de maio de 1888 marcou o fim de um processo com mais de 300 anos, contudo tal lei não garantiu inclusão para aqueles que acabavam de sair do cativeiro.

Destacamos que o campo do pós-abolição procura observar como os ex-escravizados preencheram suas ações de significados políticos, culturais e sociais amplos e variados.

As ricas perspectivas de pesquisa no campo da escravidão e do pós-abolição são resultado de um percurso historiográfico longo ligado à História social de escravidão, da abolição e dos esforços empreendidos coletivamente pelos membros do Grupo de Trabalho da Anpuh – Emancipações e Pós-abolição – por projetaram a temática em nível nacional e por colocarem em diálogo e conexão estudiosos e estudiosas de diferentes partes do país. Os textos reunidos refletem o estado atual do debate das questões que envolvem o campo da escravidão e do pós-abolição.

O novo número da Revista História Crítica é composto por dez artigos escritos por pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições do país. Este número traz textos abordando diferentes questões sobre o processo de emancipação e o pós-abolição em diferentes partes do Brasil, desde o Norte até o Sul do país. Os resultados das pesquisas aqui presentes mostram a ampliação e fortalecimento do campo do processo de escravização e do pós-abolição como problema historiográfico que precisa continuar sendo estudado.

Nosso dossiê começa com o cenário de São Paulo em finais do século XVIII, quando a antiga capitania ainda não tinha a pujança que vai apresentar a partir do crescimento da província no XIX. Em suas diversas vilas existiam habitantes que conviviam com o mundo da escravidão, algumas delas não tinham o caráter exportador, como a Vila de Castro. Tal localidade nos é apresentada por *Vinícius Assis*, que busca entender as dinâmicas sociais através dos registros eclesiásticos de batismo no final do setecentos e nas primeiras décadas do oitocentos.

A década de 1860 até o ano de 1888 é o período abordado por *Joceneide Cunha e Ana Cláudia Cedraz*, as pesquisadoras fazem um estudo sobre famílias negras e escravidão abarcando duas localidades sertanejas diferentes nas províncias da Bahia e Sergipe. O texto de *Fábio Castilho* segue para a província vizinha, Alagoas. Em seu estudo ele buscou analisar as representações das mulheres escravizadas nas décadas de 1870 e 1880, no processo de declínio do escravismo na província que tinha aproximadamente 2,5% dos escravizados do Brasil.

A história de mulheres escravizadas também ganha contornos na abordagem de *Karine Damasceno*, neste caso em específico são duas Marias, que ganham vida através da narrativa de suas ações junto aos seus familiares na busca pela liberdade na região de Feira de Santana na Bahia oitocentista. Na província de Minas Gerais, a

região de Juiz de Fora é o espaço de análise que *Caio Batista* e *Dayana Silva* encontram suas fontes para traçar as investigações acerca da escravização ilegal e do tráfico interno na segunda metade do XIX. Já o estudo de *Ana Paula Bôscaro* apresenta o sertão de Minas Gerais, uma região próxima da Serra da Mantiqueira, repleta de terras e longe dos principais núcleos. Um espaço que, segundo a pesquisa, foi favorável para a fixação de homens e mulheres egressos do cativo e seus descendentes refazerem suas vidas. Tal local possibilitou a muitos formar pequenas propriedades e estabelecer laços de sociabilidades.

Das províncias do Norte emerge a história contada por *Arilson Gomes*, que lida com um dos eventos mais conhecidos da história da cidade de Redenção no Ceará – a abolição da escravidão ocorrida em 1883. O autor realiza entrevistas para compreender como a memória coletiva sobre destinos dos descendentes de libertos é tratada na localidade. Na Bahia, local de um dos maiores portos e concentrações de escravizados no Brasil surgiram várias histórias ligadas às devoções religiosas desde o período colonial. Uma delas nos é contada por *Mariana Santos*, que na década de oitenta e avançando ao início do XX, apresenta as redes de associativas formadas por membros da Irmandade do Rosário do Pelourinho, na Salvador de outrora.

Partindo para o campo da análise imagética, as autoras *Mikelane Gomes* e *Raquel Pedroso*, nos apresentam através dos conhecimentos da música e da linguística, as percepções históricas e sociais presentes na obra de Aurélio de Figueiredo, pintada no ano de 1888 e que representa a Lei Áurea. As autoras mostram com sua análise como nosso passado pode ser melhor compreendido através dos traços artísticos presentes em obras filhas do seu tempo.

Findando o dossiê, o texto elaborado pelos autores *André Carvalho* e *Elio Flores* enfocam na Missa dos Quilombos ocorrida no Recife em novembro de 1981. O artigo problematiza como a liturgia ocorreu para demonstrar a aproximação de bispos e padres ligados à Teologia da Libertação às lutas e demandas dos movimentos sociais negros organizados.

Este dossiê também traz uma resenha de Natália Gracia Pinto, discutindo o livro *Estilo Avatar*, do historiador Petrônio Domingues. O texto discute a participação política do ativista afro-brasileiro Nestor Macedo entre as décadas de 1940 e 1960 com as temáticas desse número: escravidão e pós-abolição no Brasil.

Ainda sobre o processo de escolha dos artigos, pareceres e todo o trabalho envolto na produção da ciência, em específico no campo da historiografia acerca da

escravidão e pós-abolição, precisamos refletir cada vez mais sobre dos desdobramentos e escolhas que fazemos na hora de pesquisar e produzir. Vivemos em um país marcado pela exclusão regional e também da gente negra, muito em consequência dos anos em que a escravização foi uma prática social aceitável e que nos legou desigualdades sistêmicas presentes hodiernamente. Queremos provocar aos leitores e autores que busquem exercitar em seus próximos escritos a ampliação de suas pesquisas, buscando autores de outras localidades e não somente o eixo Sudeste. Afinal, nem tudo que foi escrito para determinada localidade serve para outra, as singularidades de um território tão vasto e complexo precisam emergir nos nossos escritos.

São muitos os autores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que estão invisibilizados por estarem fora dos grandes centros de produção. São dissertações e teses, que muitas vezes ficam esquecidas ou relegadas a poucos pares. Falamos de muitos homens e mulheres que são frutos da renovação de perspectiva das análises da escravidão e do pós-abolição que precisamos incluir em nossas referências. Diversifiquemos para conseguir incluir e diminuir as marcas das desigualdades que ainda caracterizam nossa historiografia. Lembramos que produzimos História do Brasil: seja falando no sertão ou no litoral, não vamos continuar cometendo erros e exclusões do passado.

Por fim, desejamos uma boa leitura e aproveitamos para agradecer imensamente aos membros do conselho editorial – Luana Teixeira, Danilo Marques e Irinéia Franco – que trabalharam arduamente até o minuto final para garantir a publicação do presente número da revista. Além deles, registramos também o agradecimento para todos os pareceristas e autores que contribuíram com seus saberes para compor o dossiê temático.

*Gian Carlo de Melo Silva*  
*Maria Emilia Vasconcelos*